

**INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO (IGHM): PATRIMÔNIO,
MEMÓRIA E HISTÓRIA COMO PRINCÍPIOS DE PERPETUAÇÃO DA IMAGEM DE UM
MARANHÃO GRANDIOSO**

José Henrique de Paula BORRALHO*

Resumo: O presente artigo objetiva traçar um perfil da fundação do Instituto de História e Geografia maranhense, em 1925, levando em consideração o desiderato de preservar, valorizar e reatualizar os que os membros consideravam como o grande acervo patrimonial do Estado, seja material seja imaterial, sem olvidar daquilo que estimavam como maior tradição maranhense, o seu passado, considerado rico em história, portentoso pelos talentos literários e intelectuais. Sendo assim, o Instituto se colocou na condição de intérprete, guardião do passado, assenhorando-se da memória, vide as relações que estabeleciam com as instâncias do poder, por vezes estimulando, emulando e concitando o Estado à prática de políticas públicas no sentido de perpetuação de uma imagem do Maranhão que não queriam modificar.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. História do Maranhão.

**THE INSTITUTE OF HISTORY AND GEOGRAPHY OF MARANHÃO (IGHM): HERITAGE,
MEMORY AND HISTORY AS PRINCIPLES OF PERPETUATING THE IMAGE OF THE
GREAT STATE OF MARANHÃO**

Abstract: This article aims to draw a profile of the foundation of the Institute of History and Geography of Maranhão in 1925, taking into account the desideratum to preserve, enhance and revitalize that which the members considered as a large quantity of state heritage assets, whether tangible or intangible. Not to forget, what we consider Maranhão's greatest tradition, its past, regarded as rich in history and remarkable for its literary and intellectual talents. Thus, the Institute has put itself in the position of interpreter or guardian of the past, capturing memories, observing the relationships established among the realms of power. Even, at times, stimulating, emulating and inciting the state to practice public policies towards perpetuating an image of Maranhão they would not care to modify.

Keywords: Heritage. Memory. History of Maranhão.

* Professor Adjunto Doutor - Departamento de História e Geografia - UEM - da Universidade Estadual do Maranhão- Cidade Universitária Paulo VI - São Cristóvão - Caixa Postal 09, CEP: 65000-000, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: jh_depaula@yahoo.com.br

Passados oitenta e sete anos após a fundação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), que contou inclusive com nomes de maranhenses, como Antonio Gonçalves Dias¹, João Francisco Lisboa² funda-se, no Maranhão, a seção do Instituto³ em 02 de dezembro de 1925. Não foi um ato isolado, o IHG (Instituto de História e Geografia) surgiu no bojo da ereção de outras instituições de envergadura intelectual e cultural, como a Faculdade de Direito, a Sociedade Musical Maranhense, propugnadas pelas mesmas figuras que desde final do século XIX estavam obsequiosas pelo ideal e ímpeto de manterem e soerguerem as tradições litero-intelectuais do Maranhão.

Assim, o Instituto de História e Geografia já nasceu imbuído de uma missão e tarefa de perpetuar as tradições do torrão maranhense, missão inglória ante o desiderato dos seus lidadores que, obnubilados pelas imagens e discursos do passado, combaliam ante o que eles consideravam como um presente lancinante, nada promissor.

A geração responsável pela fundação do IHG foi, em parte, a mesma que em 1908 fundara a Academia Maranhense de Letras, havia e estava desenhando políticas públicas, tomara sob sua responsabilidade a missão de perpetuar e soerguer os louros do mito da “Atenas Brasileira”⁴, criara manuais educacionais, publicara livros e intervira, via ação estatal, na condução do processo de modernização do estado, no que diz respeito ao planejamento e execução de obras públicas, além é claro de, por intermédio do IHG, preservar e monumentalizar o acervo patrimonial do Estado, seja material seja imaterial.

Faziam parte dessa geração⁵ líderes como Antonio Lobo⁶, o mesmo que anos antes organizara a recepção ao escritor Coelho Neto⁷, considerado um marco na cidade de São Luís, no que tange a efervescência cultural, já que o próprio Antonio Lobo se queixava que o esforço de manutenção de ebulição cultural na ilha de São Luís circunscrevia-se a figura de Manoel de Bethencourt, romancista e professor de Filosofia do Liceu Maranhense. Em volta dele se acercavam os mais jovens e se apuravam para o aparecimento de vários periódicos como *O século*, *Filomatia*, *A Alvorada*, *O Estudante*, e o livro *Frutos Selvagens*⁸.

Trabalhando com ideias como atraso e decadência, a geração liderada por Antonio Lobo, tal como pode ser vista nessas passagens das revistas *A Alvorada* e *Filomatia*, respectivamente, sobre regeneração cultural, exprimia desejos de fundar “os alicerces do pedestal do grande edifício da nossa regeneração cultural”⁹, “dolorosamente o dizemos, mas o nosso meio bem que se arrasta decadente, a cultura intelectual vai baixa e apoucada”, e concluem: “daí o ser o presente do Maranhão por demais inferior a seu passado”¹⁰.

Também estabeleciam uma relação tênue entre a cidade letrada e as instâncias de poder, sobretudo quando o intelectual Fran Paxeco¹¹, outro participante da geração que fundou a Academia Maranhense de Letras, dirigiu a Secretaria da Associação Comercial do Maranhão, escreveu vários artigos sobre economia maranhense, tornou-se um literato que escrevia sobre economia, dava pareceres aos presidentes de província, enfim, era

convocado para comungar de sua posição privilegiada de intelectual-letrado para emitir opinião sobre a situação do Estado. Referentes aos problemas do Maranhão, seguiram-lhe, com o decorrer dos tempos, as obras: “Os recursos Maranhenses, O Trabalho Maranhense, O Maranhão e a Geografia, divididas em três partes: física, econômica e administrativa”.

Fran Paxeco foi o responsável pela Assembleia da Associação Comercial de 14 de agosto de 1903, da qual adveio a construção da Estrada de Ferro São Luís-Caxias, lecionou português, aritmética, geografia, história, literatura e francês.

Em 1900, estava na organização e fundação da “Oficina dos Novos”. Tal instituição tinha como objetivos: o culto aos vultos do passado; incentivos a autores contemporâneos; promoção de solenidades cívico-literárias; organização de uma biblioteca e manutenção de um periódico literário¹². Foi ainda redator dos Jornais *Pacotilha*, onde trabalhavam José Barreto, Clodomir Cardoso, Luso Torres¹³ e Agostinho Reis; fundou o Instituto de Assistência à Infância; o Cassino; a Faculdade de Direito e o congresso pedagógico.

Em sua já renovada formação, a Oficina dos Novos ampliava seu campo de atuação e passava também a se debruçar sobre a Sociologia do Maranhão, Geografia, Etnologia, História Literária e Pedagogia. Compunha-se a partir de uma organização rígida e formal, tendo um quadro estabelecido de sócios divididos em: efetivos, correspondentes e honorários. Sousândrade¹⁴ foi eleito presidente honorário e Antônio Lobo, incentivador da juventude¹⁵.

Como prenunciado no início deste artigo, tal geração tinha o desiderato de soerguer as tradições do passado, cuja empreitada se corporificou em ações como a criação da Oficina, também a ereção da Academia Maranhense de Letras, com a pretensão de realizar-se em 1902. Na verdade, a Academia pode ser entendida como uma extensão das atividades da Oficina dos Novos. Portanto, antes do surgimento da AML, em 1908¹⁶, as principais ações no plano das letras locais couberam à Oficina.

Coube à AML a fundação da Faculdade de Direito do Maranhão, em 1918, liderada por Domingos Perdigão, depois de não ter logrado êxito no século XIX. E a formação do Instituto de História e Geografia, em 1925, liderada por Antônio Lopes¹⁷.

Tal como ocorrera na fundação da Academia Brasileira de Letras, no Maranhão, a Academia Maranhense de Letras tentou angariar apoio do governo local, conseguindo, anos mais tarde, do interventor Paulo Ramos, a doação de um prédio próprio. Doou não só o prédio à AML, como também ao IHG e à Sociedade Musical Maranhense.

“Os Novos Atenienses”, (como se autoproclamavam os integrantes da “Oficina dos Novos”), uma espécie de reedição do “Grupo Maranhense”¹⁸, colaborou, assistiu e propiciou o afloramento de várias sociedades literárias no mesmo período da formação da AML, como: “Grêmio Literário Maranhense”; “Cooperação Sotero dos Reis”; “Clube Nina Rodrigues”; “Grêmio Odorico Mendes”. Mais tarde, apareceriam outros como a “Sociedade

Literária Barão do Rio Branco” e a “Távola do Bom Humor”, “Os Novos”, “A Atualidade”, “A Renascença”, “Revista do Norte”, “A Nova Atenas”¹⁹.

Se tomarmos como inflexão a relação dos fundadores do IHG, veremos uma correlação direta entre estes e a geração fundadora da Oficina dos Novos, tais como Antonio Lopes da Cunha, Arias Cruz²⁰, José Eduardo de Abranches Moura²¹, Barros e Vasconcelos²², Domingos de Castro Perdigão²³, José Domingues da Silva²⁴, José Ferreira Gomes²⁵, José Pedro Ribeiro²⁶, Justo Jansen Ferreira²⁷, José Ribeiro do Amaral²⁸, Wilson Soares²⁹. Muito mais presentificada e personificada na relação dos sócios efetivos, como em Antonio Lopes Dias³⁰, Carlota Carvalho³¹, Manuel Francisco Fran Paxeco, Raimundo Lopes da Cunha³², Virgílio Domingues³³, Domingos Américo de Carvalho³⁴. Todos eles eram signatários da ideia de perpetuação das tradições do Estado, proclamada primeiro pela Oficina dos Novos, depois Academia Maranhense de Letras, Faculdade de Direito, Sociedade Musical Maranhense e finalmente, Instituto de História e Geografia que na sua renovada formação, em 1951, passaria a se chamar Instituto Histórico e Geográfico Maranhense.

O regimento do Instituto, logo no artigo I, deixa clara a intenção e função do órgão ao declarar:

Fica fundada nesta cidade de São Luiz uma associação científica para o estudo e difusão do conhecimento da história, geografia, ethnografia, ethnologia e arqueologia, especialmente do Maranhão, e incremento à comemoração dos vultos e factos notáveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos (Revista do IHG, anno I, número I, 1926, p. 62).

A intenção de preservação dos monumentos constitui-se na carta magna de todo o regimento, tendo como premissa a correspondência com associações congêneres, arquivos, museus, explorações arqueológicas e geográficas, organização do acervo museológico, organização de dicionário histórico-geográfico, estudos e pesquisas sobre o folclore maranhense, propagação de conhecimentos científicos e, fazer a atividade-mor do instituto qual sua finalidade foi criada: pensar e monumentalizar o que consideravam o maior patrimônio do Maranhão, seus vultos. O artigo XXI é tácito quanto a essa questão ao proclamar:

Cada sócio deverá apresentar um trabalho biográfico ou crítico sobre um dos escriptores que se occuparam de história, geografia, ethnografia, ethnologia ou arqueologia do Maranhão, como sejam Claude d’Abeville, Ives d’Evreux, Diogo de Campos, Mauricio de Heriarie, Simão Estácio da Silveira, João Felipe Bettendorf, José de Moraes, Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, Antonio Bernardino Pereira do Lago, Raymundo José de Souza Gayoso, Candido Mendes de Almeida, César Augusto Marques, Luiz Antonio Vieira da Silva, Antonio Henriques Leal, Celso de

Magalhães, Dom Francisco de Paula e Silva, Gustavo Luiz Guilherme Dodt, Arnaldo Pimenta da Cunha e Outros (Revista do IHG, anno I, numero I, 1926, pp. 63,64).

Esses nomes, amiúde, são apresentados como uma simbolização representativa da história do Maranhão, desde a fundação da cidade, passando por momentos ilustrativos do período colonial, império e república. Cada um carrega, porque historicamente foi assim construída, uma exemplificação, uma estandarização de como deveriam figurar ou emular na memória coletiva suas trajetórias. Cabia ao Instituto a missão de não permitir ao olvido público o opróbio, o apagamento, o silenciamento de suas biografias. Essa era a maior tarefa dos membros do Instituto.

Além da missão de confecção de biografias sobre vultos maranhenses, já no primeiro número da Revista do IHG, foi destacado um grupo de pesquisadores para levantamento da situação dos monumentos históricos da capital do Maranhão, sua história e atual situação. Há uma extrema correlação entre os monumentos levantados e a confecção de biografias acima arrolada, vez que esses vultos foram imortalizados na tessitura urbana, assim como na paisagem da cidade.

O primeiro monumento pesquisado e arrolado no relatório foi a “Pirâmide da memória”. Tal monumento foi erguido para comemorar a coroação de D. Pedro I, inicialmente erguida no Campo d’Ourique, centro da cidade, cuja simbologia continha as armas do império, tendo sido iniciada em 15 de setembro de 1841 e concluída em 28 de julho de 1844.

Há uma série de questões a serem levantadas nessas pequenas informações. A primeira diz respeito à referência ao homenageado, D. Pedro I. Região que outrora se orgulhava do seu passado lusitano, pós-emancipação com a antiga metrópole, foi o Maranhão, a penúltima província a aderir ao império, a última foi o Pará, passando a ser exatamente uma das regiões onde maior violência se abateu quanto ao processo de expulsão dos portugueses residentes no Maranhão, lugar cujo processo de adesão à independência descambou para uma guerra civil e, portanto, a dizibilidade e a visibilidade sobre o passado sofreu maiores reveses³⁵. Assim, D. Pedro aparece como herói desse novo processo, sobretudo se visualizarmos as festas e celebrações que recebeu em terras do Maranhão nos anos subsequentes ao rompimento³⁶.

Segundo, quanto ao início da construção e do lançamento da pedra fundamental desse monumento, 1841, em plena eclosão da guerra civil da Balaiada (1841-1844). Não custa lembrar que a Balaiada pode ser interpretada como momento de incorporação definitiva do Maranhão aos estatutos e estamentos do império, uma vez que os anos iniciais da independência no Maranhão foram marcados por disputas locais entre as famílias mais abastadas. Havia a configuração de vazios de poder, vide a vastidão do território

maranhense, a alocação de mercenários em fazendas durante os anos da guerra civil de independência se transformando por vezes em jagunços, e um processo conturbado de centralização burocrática do aparelho do Estado a partir do governo central, sediado no Rio de Janeiro, com uma tácita resistência de setores locais que não viam com bons olhos o controle político liderado pela capital do império, sobretudo no que dizia respeito aos repasses de verbas das províncias para a capital³⁷. Além, é claro, dos motivos locais que levaram à eclosão da guerra civil da Balaiada, já sobejamente explorados pela historiografia nacional. Cabe também uma interpretação de tal movimento sinalizando o problema de vazio de poder no Maranhão e a dificuldade de adequação aos novos estamentos do império. Erigir um monumento em homenagem a D. Pedro I, em plena Balaiada, era um esforço de criação da memória, uma tentativa de aclarar aos cidadãos que aquela região possuía sim um ordenamento e que tal movimento ia de encontro a um projeto nacional de unificação territorial ideológico e político.

Terceiro aspecto. A data de inauguração: 28 de julho. Essa data é alusiva ao capítulo da conturbada noção de “adesão” ou “capitulação” da província à independência nacional. Em 28 de julho de 1823 caiu o penúltimo estamento de resistência ao império e o fim das forças leais ao reino de Portugal, não sem porfia e peleja. É extremamente simbólica a inauguração desse monumento no marco de incorporação dessa antiga rebelde província do norte ao Brasil já independente.

O segundo monumento pesquisado por Corrêa de Araújo, Diretor da Biblioteca Pública do Estado, foi “o marco comemorativo da fundação da cidade”. Erguido especialmente em 08 de setembro de 1922, no centenário da independência nacional coadunada com 08 de setembro, data da supostamente fundação francesa de São Luís, exatamente em 08 de setembro de 1612 pelos franceses, liderados por Daniel de La Touche e Françoise Rasily. Na face do pedestal, segundo a nota, “foram gravados os nomes das proeminentes figuras da missão: Charles Des Vaux, Rasily, La Ravardiere, Yves d’Evreux, Claude d’Abeville - 08 de setembro de 1612” (Revista do IHG, anno I, número I, 1926, pp. 107,108).

Não foi à toa que esse monumento tenha sido arrolado. Passados os rancores do período dos lustros, perseguição aos portugueses e processo de aplanamento de um passado lusófilo no Maranhão, havia se iniciado, desde fins do século XIX, século do galicismo, a construção da imagem cada vez mais recorrente de que São Luís fora fundada por franceses e não por portugueses. Maria de Lourdes Lacroix, em sua obra *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* (LACROIX, 2002) sinaliza numa perspectiva histórica de equívoco quanto a essa assertiva, debate no qual não se pretende adentrar neste artigo; no entanto, Lacroix chama a atenção para o fato de que, se realmente São Luís fora fundada por franceses, estranhava o silêncio durante trezentos anos desse passado gaulês e

somente em fins do século XIX esse epíteto começava a ganhar força. Os membros do IGH reforçavam a conotação de São Luís enquanto francesa.

Outro monumento é um dos mais simbólicos da cidade de São Luís: A estátua de Gonçalves Dias. Erguida em frente à igreja dos Remédios no século XIX, ponto de ebulição e fruição cidadina, onde acontecia a festa mais importante da cidade: a Festa de Nossa Senhora dos Remédios. Tal monumento encontra-se às margens do Rio Anil, desaguando já no mar. Com 15 metros de altura, foi erguido em 07 de setembro de 1873, constituído pela estátua do poeta de 2,80m; coluna de 9,50m; pedestal e escadaria de 3,20m, tendo na base a efígie da geração romântica – João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Gomes de Sousa³⁸ – que permitiu a São Luís o epíteto de “Atenas Brasileira”.

Tal obra, para seus idealizadores, tinha o sentido de ser a própria encarnação da genialidade maranhense no século XIX, encetada numa geração representada em figuras, tais como: João Lisboa, historiador, cronista, jornalista, lidador do sistema historiográfico acerca da interpretação da história do Brasil, opondo-se a ninguém menos que Francisco Adolpho Varnhagem, e enquanto jornalista foi o editor e responsável pelo jornal de Timon, um compêndio de história do Brasil e uma das mais profícuas análises interpretativas do Brasil e Maranhão. Sotero dos Reis foi professor do Liceu Maranhense, filólogo, professor de literatura portuguesa e brasileira e um dos grandes mestres das gerações subsequentes que perpetuariam o ideal do Maranhão como terra de poesia e boa literatura. Odorico Mendes³⁹, tradutor de Virgílio e Homero para o português, foi político e um dos primeiros, senão o primeiro grande jornalista maranhense porfiando com o português Garcia de Abranches no processo pari passu de formação de uma imprensa brasileira e de um mundo de letrados e leitores do jornalismo. E Gomes de Sousa, o Sousinha, matemático, físico, foi celebrado na Europa enquanto um grande cientista, tendo vários livros publicados naquele continente, e no Maranhão foi tratado como gênio.

Esse monumento, tal como os outros, tinha um sentido para aqueles que o idealizaram, o de ser a preceituação da emancipação e maturidade intelectual brasileira. O romantismo foi o momento de invenção da identidade nacional, de emulação dos signos interpretativos da nação brasileira, tal como o índio, a selva, a fauna, a natureza, a religião, a língua portuguesa-brasileira. Sendo assim, tendo na base da estátua do maior poeta romântico brasileiro, cujos versos foram imortalizados na letra do hino nacional – *Nossos bosques têm mais vida / Nossa vida, no teu seio, mais amores!* –, a composição da emancipação brasileira; jornalista e historiador confeccionador de um modelo interpretativo do Brasil; poeta e tradutor das obras gregas e latinas para o português; professor de latim e historiador da literatura brasileira e grande cientista; era a demonstração de que a nação brasileira poderia vislumbrar, enquanto membro dos países edificadores da cultura ocidental, ou pelo menos sentir-se um integrante deles.

Estátua de João Lisboa. Situada no Largo do Carmo, bem em frente à igreja do mesmo nome, foi esculpida em bronze pelo artista francês Jean Magrou e inaugurada em 01 de janeiro de 1918. Esse foi o quarto monumento arrolado. Numa das faces estão citados os jornais pelos quais fora responsável, tais como: *O Brasileiro*, *Eco do Norte*, *Publicador Maranhense*, *Crônica Maranhense* e *Jornal de Timon* (Revista do IHG, São Luis, anno I, 1946, p. 108). No revestimento do pedestal de mármore vermelho circunscrevem-se efígies de Sotero dos Reis, Henriques Leal⁴⁰, Sousandrade, D. Luis de Brito, Aluisio Azevêdo, Raimundo Correa, Urbano Santos, Sá Viana, Cesar Marques, Cândido Mendes, Odorico Mendes, Gomes de Castro, Gomes de Sousa.

Há, nesse monumento, a conjugação de duas gerações distintas; aquela a quem foi atribuída a edificação da cognominada “Atenas brasileira” e a quem foi atribuída a responsabilidade de perpetuação desse epíteto. Dessa forma, o responsável pela confecção do monumento, incumbido dessa missão por quem assim o designou, fazia lembrar aos maranhenses, todas as vezes que passassem por esse logradouro, que o Maranhão do presente era tão portentoso quanto o do passado.

Benedito Leite. Essa estátua, esculpida pelo francês Emile Decorhemant e inaugurada em 1911 tenciona para uma inflexão que marcaria a trajetória de intelectuais e supostos ilustres maranhenses no século XX: o espaço criado e cultivado por intelectuais-políticos, a bem da verdade, à medida que essa centúria baixava as luzes e focos desse século, os políticos se sobressaíam em evidência e importância em relação aos literatos e demais intelectuais, apesar de que Benedito Leite comungava as duas capacidades literárias e políticas, ele foi, exatamente, um escritor e político. Seu exemplo seria seguido na metade do século XX⁴¹.

Herma de Antonio Lobo. Segundo a própria revista: “O monumento foi inaugurado no dia 09 de agosto de 1923, e deve-se a sua ereção a iniciativa das sociedades literárias “União Estudantil Silvio Romero” e “Revista Maranhense” (Revista do IHG, São Luis, anno I, 1946, p. 110)”. Um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras era imortalizado na forma de busto sobre um pedestal de granito na praça que futuramente receberia o seu nome, outrora chamada de Santo Antonio. Um dos líderes da educação e cultura maranhense era reconhecido pela mocidade pelos seus préstimos que retribuía seu altruísmo e dedicação presentificando-o em forma de herma, cuja inauguração contou com a presença do presidente do Estado, Godofredo Viana, mostrando a estreita vinculação à época entre os participantes de instituições e agremiações culturais e as estâncias de poder, tornando quase uma cissiparidade entre os grupos elitistas que transitavam pelas estâncias do aparelho burocrático do Estado e a forma de significação da memória pública, concretizada e perpetuada na toponímia cidadina. Os amigos que tomaram a iniciativa de

homenagear Antonio Lobo gozavam de prestígio e trânsito junto ao presidente do Estado que não mediu esforços para a confecção da herma.

No fundo, aqueles que se colocam na condição de intérpretes da sociedade são aqueles, também, que possuem poder de intervenção, seja sob a forma de patrocínio de pesquisas, publicação de obras, desenho de políticas públicas, intervenção urbana, construção de monumentos, seja na indicação de pedestais, hermas, bustos, estátuas ou congêneres. São os mesmos que possuem acesso a informações privilegiadas, ratificam *habitus*, na acepção de Bourdieu (BOURDIEU, 1998), operam linguagens simbólicas de dominação social, letramento, graus e ritos de hierarquia, a partir de titulação acadêmica.

Os bustos de Silva Maia⁴² e Gomes de Castro⁴³, por si só, merecem uma análise à parte. Ambos, perfilados ao partido conservador na segunda metade do século XIX, flexionaram e mudaram os rumos da política maranhense e perpetuaram uma prática que perdura até os dias atuais: a de mando político na ex-província e atual Estado ligado a grupos oligárquicos e familiares, levando a disputa entre esses segmentos a girar a roda da fortuna daqueles que dependiam dos rumos que a política tomava.

Silva Maia, médico, Diretor do setor de higiene da província ingressou nas lides da política desde 1842 e, ao lado de Gomes de Castro, decidia os rumos políticos na província maranhense. A confecção de bustos desses dois, sinalizando apenas Silva Maia enquanto médico e “[...] o Conselheiro Gomes de Castro uma figura do nosso tempo e a sua atuação no Parlamento, de tão conhecida e brilhante que foi, dispensa comentários” (Revista do IHG, São Luís, anno I, 1946, p. 111). Trata-se de uma forma de aplacar o passado, olvidando as artimanhas e estratégias utilizadas por ambos nas tramas do poder, golpes, estratégias e estratagemas, urdiduras, construindo outra imagem a partir de seus bustos e, no fundo, deixando de lado se os políticos naquele presente faziam a leitura sobre a atuação desses dois no passado.

O fato do artigo da Revista do IHG apenas mencionar a existência de tal monumento, desses e dos demais, omitindo-se de analisar a atuação política dos mesmos e de figuras como Benedito Leite, também evidencia a concepção política do Instituto, optando por esquivar-se e não se posicionar em relação à situação política do Maranhão, desde meados do século XIX, eivada e cravejada de querelas e disputas político-financeiras entre famílias e grupos locais.

O Instituto era histórico, portanto, uma agremiação que, embora não tivesse exclusivamente a premissa de ser a única intérprete da história do Estado, estava posicionada a falar por ele, ocupava uma posição destacada, uma vez que não havia, à época, faculdade de filosofia e letras que compunha, grosso modo, a disciplina de Clio, realizava pesquisas, publicava uma revista de penetração social. Acontece que, como já mencionado, os integrantes do Instituto, tal como a Academia Maranhense de Letras,

transitavam pelas estâncias de poder, gozavam de prestígio social e, se debruçar sobre análise política era indubitavelmente questionar as condições socioeconômicas do Estado, inclusive o papel e a responsabilidade que os gestores do Maranhão, seus amigos, tinham quanto à gravidade da pobreza, da miséria, da saúde, da habitação e até em que medida eram herdeiros e sectários de figuras, tais como, Benedito Leite, Silva Maia, Gomes de Castro.

Estela de Sotero dos Reis⁴⁴. Busto inaugurado em 1928, segundo a Revista, a iniciativa de ereção foi particular do Almirante R. F. Cantanhede. Esculpido pelo maranhense Newton Sá, ficava na Avenida Pedro II, antiga avenida maranhense. Além de poucas informações sobre o busto, há nessas rápidas linhas traçadas, precisamente sete, silenciamento de informações que dizem muito. A primeira, quanto ao fato da iniciativa de construção ter partido de um particular e não do poder público, ao contrário de todas as outras; a segunda, por que um dos mais importantes maranhenses do século XIX, um dos pilares de sustentação da ideia de “Atenas Brasileira” não mereceria o devido louro por sua importância.

E essa não seria a primeira vez que isso aconteceria. Anos depois, uma praça no centro da cidade se chamaria Sotero dos Reis. Sem busto, indicação, referência ou placa, está atualmente completamente olvidada de sua ação inicial, as pessoas passam sem qualquer resquício ou conhecimento do local e a cidade a conhece como Praça da Alegria, onde se vendem plantas e há a existência de um jardim de infância⁴⁵.

O busto de D. Francisco acompanha o mesmo raciocínio. O texto telegráfico é de apenas quatro linhas: “O busto de D. Francisco de Paula e Silva, Bispo do Maranhão, está colocado em frente do Palácio Arquiepiscopal. A figura esculpida em bronze assenta sobre um pedestal de mármore róseo. Inaugurado em 1929. Trabalho de Newton Sá”. (Revista do IHG, São Luís, anno I, 1946, p. 111). Como não há referência acerca de quem foi a incumbência de construção do busto não há como relacionar a ligação entre o Estado e a igreja católica, tão característico do século XIX antes da proclamação da república, e a relação desta instituição religiosa apadrinhando e intervindo nos estamentos do poder, sobretudo porque o local reservado ao busto era privado, ou seja, domínio da Santa Sé, na praça que sedia o palácio do governo, a prefeitura da cidade, o tribunal de justiça e a sede da própria igreja católica.

O Monumento da “águia que pousa” dispensaria maiores comentários se não chamasse a atenção pela sua falta de expressividade. O prefeito Jaime Tavares incumbiu o já renomado escultor e sempre escolhido Newton Sá para, em 1928, confeccionar “uma coluna de mármore, estilizada, sobre a qual está o bronze da águia pousando”, medindo três metros da base ao topo, em substituição a uma pedra comemorativa da passagem do aviador Pinto Martins por São Luís.

O busto de Odorico Mendes foi construído na praça que leva seu nome, inaugurado em 18 de agosto de 1905. O Virgílio brasileiro, como era conhecido, nasceu em São Luís, em 24 de janeiro de 1799, e morreu em Londres, em 17 de agosto de 1864. O busto estava relacionado com o empenho do governo do Maranhão em transladar para o Brasil o corpo que estava enterrado no cemitério de Kensal-Green, na Inglaterra, e a transferência foi muito comemorada. Na parte da frente está escrito: “a Manoel Odorico Mendes a Oficina dos Novos e a mulher maranhense, 1905”, e na base aparece: “Manoel Odorico Mendes. Exímio poeta brasileiro. Político e patriota extreme. Transladou Homero e Virgílio em fiel conciso verso português” (Revista do IHG, São Luís, anno I, 1946, p. 112).

A referência à Oficina dos Novos não era à toa. A luta pela transladação do corpo e a necessidade de colocá-lo próximo à Praça Gonçalves Dias, perpetuando na configuração urbana da cidade, sob forma de monumento, aliado à inscrição e referência à Oficina dos Novos, se inscreve na estratégia de criação de memória e monumentalização de seus personagens considerados mais ilustres. A poucos metros, guarnecendo o rio Anil e a entrada da baía de São Marcos, altaneira e majestosa está a estátua do poeta-mor do indianismo e, próximo, o “Virgílio Brasileiro”, este último sob a iniciativa daqueles que se encarregavam de perpetuar o ideal do Maranhão como terra de poeta e letrados. Ao incentivarem a edificação do busto os membros da Oficina criaram notoriedade para si na medida em que lutavam pela transladação do corpo, colocando-se como guardiões da memória histórica, protetores das letras, e continuadores da missão exercida por Odorico Mendes. Qualquer pessoa que atualmente passar pela praça, ainda que não saiba o que foi e quem pertenceu à Oficina, correlacionará o busto a estes, ressaltando sua importância.

O monumento do Outeiro da Cruz é um dos poucos que não se referem a uma pessoa, e sim, a uma situação histórica. O Outeiro da Cruz reporta-se à expulsão dos holandeses que haviam profanado a Igreja do Desterro, a mais antiga do Maranhão durante o período de dominação dos bávaros, entre 1641 a 1644, quando finalmente foram expulsos sob a liderança de Moniz Barreiros e Teixeira de Melo, em 28 de novembro de 1644, depois de terem sido expulsos da Bahia e dominado Pernambuco durante boa parte do século XVII. A obra consiste em uma cruz de Madeira, que deveria ser substituída sempre que apodrecida, sob um cubo em formato de pedras toscas, tendo na base uma escada de três degraus, sendo o conjunto de 5 metros de altura, no mesmo local onde se travou a última batalha entre os conquistadores portugueses e os holandeses, inaugurada em 1901.

No século XX, período de edificação da maioria dos monumentos, a passagem dos bávaros pelo Maranhão seria utilizada na compósita montagem do rico manancial da história do Maranhão; região cuja capital brasileira é a única de fundação francesa, tomada por portugueses constituindo-se na mais lusitana das cidades, invadida por holandeses, “Atenas

Brasileira”, “Manchester do Norte”, “ilha do amor”, “cidade dos azulejos” e dos “sobradões”, enfim, todos os epítetos que corroboram para uma rica imagem de seu passado.

Da mesma concepção, mencionam a pirâmide de Bequimão, construída durante o governo de Luiz Domingues, em 1912, culminando com os trezentos anos de fundação da cidade. Manoel Beckman, o Bequimão, judeu, porfiava contra a metrópole pelo descumprimento da Companhia de Comércio do Maranhão, por não cumprir o acordo em trazer ao Maranhão 500 escravos por ano para suprir o impedimento de uso do braço indígena enquanto escravo, além de monopolizar a exportação e importação de mercadorias, incumbindo-se, também, de comprar mercadorias dos mercadores maranhenses e suprir o mesmo mercado abastecendo com produtos de boa cepa, não foram atendidos. Beckman, em 24 de fevereiro de 1684, insurgiu contra a Companhia, promovendo uma revolta popular, tendo também como inimigo os jesuítas, responsáveis pela proibição da mão de obra indígena. Preso e julgado, foi enforcado em praça pública em 02 de novembro de 1685.

O monumento e o ato heroico de Beckman é uma das passagens mais ritualizadas e rememoradas da história do Maranhão, sobretudo pós-independência do Brasil. É que após os acontecimentos de 07 de setembro de 1822 começava um processo de ressignificação e construção de uma história colonial da América Portuguesa, mudando a inflexão de Beckman antes como sublevador, insubordinado, para herói por ter lutado contra as injustiças e opressões cometidas contra brasileiros durante o período colonial. Num recente processo de discussão historiográfica, a historiadora Anita Waingort Novinski considera que além de não devidamente estudada, a Revolta de Beckman pode facilmente ser interpretada como primeiro ato nativista (NOVINSKY, 2006) e primeiro grito de independência do Brasil, apontando, dessa forma, os primórdios de um movimento de emancipação política e construção de um sentimento de nacionalidade, embora discutível, no mínimo emblemático. Porém, além de entrar no mérito de ter sido ou não o primeiro grito de independência, a construção da revolta sob essa ótica lança luzes de como um determinado fato sofre e recebe significação, a partir dos interesses do presente, alterando a percepção e construindo outra memória sobre episódios que, mesmo distantes historicamente, afetam a disputa de construção de identidades.

Os dois últimos levantamentos feitos nesse volume da Revista reportam-se ao acervo artístico e histórico da cidade de São Luís, encontrados em instituições de salvaguarda do patrimônio, como museus, por exemplo. O levantamento preliminar encontrou: a âncora de um dos navios de Lord Cochrane⁴⁶; pedaços de madeira do Ville de Boulogne, navio que naufragou com o poeta Gonçalves Dias; a bandeira do 5º Batalhão de Caçadores, usada na guerra do Paraguai; 17 retratos de bispos e missionários que estiveram no Maranhão, ofertados à biblioteca Pública pela viúva de Gonçalves Dias; a

estante Júlio Roca, doada pelo ex-presidente da Argentina ao Maranhão, esculpida em madeira, com bustos de Bartolomeu Mitre, Nicolau Avellaneda e Domingos Sarmiento, prestando homenagem às tradições literárias do Maranhão, com detalhes da Praça Gonçalves Dias em baixo relevo, e no centro, gravada numa placa de nobre com a seguinte legenda: “*A la culta e intelectual ciudad de S. Luiz do Maranhão el Presidente de la Republica Argentina Teniente General Julio Roca em prenda de amistad oferece este recuerdo -1902*” (Revista do IHGM, São Luis, anno I, 1946, p. 115).

O outro acervo guarda a coleção Artística “Artur Azevedo”. O acervo, adquirido pelo Estado, em 1910, compõe: 11.492 gravuras de vários autores; 92 quadros a óleo de Vitor Meireles, Henrique Bernadelli, Rodolfo Amoedo, Eliseu Visconte, Aurélio de Figueredo, José Malhoa, Belmiro de Almeida, Caron e Parreiras; 3.256 litogravuras e gravuras sobre madeira; 360 desenhos; 350 quadros com estampas, desenhos, águas fortes fotografuras; 7.544 retratos; 25 águas fortes antigas. Entre os retratos a óleo está o retrato da Marquesa de Santos, ofertado pelo Presidente do estado do Maranhão Magalhaes de Almeida ao Washington Luiz na época em visitou o Maranhão, em 1926.

Percebe-se que todo esse esforço em levantar minuciosamente o acervo patrimonial e artístico do Maranhão, representado sob a forma de cultura material e imaterial, aponta para algumas questões que serão tratadas agora. A primeira é a correlação das datas de edificação dos monumentos aferidos nessa revista coincidindo, grosso modo, exceção feita à “pirâmide da memória” e à “estátua de Gonçalves Dias”, diretamente e indiretamente sob a influência da Oficina dos Novos e daqueles que futuramente ingressariam nas lides do Instituto de História e Geografia do Maranhão, sinalizando como essa geração, a par e a frente dos assuntos culturais do Estado, constitui-se uma *intelligentsia*, um corpus organizado, balizado, autorizado para a feitura da história e da memória cultural do Estado do Maranhão. A segunda, também nesse sentido, ao fazer o levantamento, retirou da penumbra do esquecimento os vultos do Maranhão, sinalizando sua importância, constituindo um corpo documental acerca de como se encontrava todo esse material na cidade de São Luís, numa estreita ligação com o poder público, servindo como referência e prismas de quais medidas poderiam ser tomadas no sentido da preservação.

Dessa forma, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, logo no seu nascedouro, se coadunou com o seu objetivo de ser um guardião, um tutor da memória e da história do Maranhão, preceitos estabelecidos nos seus regimentos. Isto se comprova e está evidente no esforço que seus membros fizeram para levar ao Maranhão a Coleção Artística Artur Azevedo, “prometida ao Instituto pelo presidente Magalhães de Almeida”, conforme está registrado nas súmulas das Atas da Assembleia Geral do Instituto, contidas no Livro I, página 148, ou ainda, nas várias exposições montadas por este órgão, reunindo livros, desenhos, autógrafos, retratos e escavações arqueológicas operadas por Raimundo Lopes

em várias tribos indígenas do Maranhão, nas festas realizadas no Teatro Artur Azevedo em homenagem ao poeta Gonçalves Dias, na confecção de História do Maranhão feita por Antonio Lopes contendo uma minuciosa cronologia da região, no dever de ofício de pesquisa quando descobriram o acervo encontrado por John Wilson da Costa contendo a história da genealogia dos maranhenses, mais precisamente de sua família, de origem irlandesa, biografias de maranhenses considerados ilustres, como o senador Candido Mendes de Almeida, uma comparação entre a cidade dos séculos anteriores com a atual.

Usando a acepção de Francoise Choay (CHOAY, 2006, pp.17-18) o que deve se entender por monumento? Segundo a autora:

O sentido original do termo é do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança de alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á de monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de certa forma, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar.

Se dependesse do Instituto, a memória, o patrimônio e a história do Maranhão estariam preservados. Cumpria aos demais fazerem sua parte.

Recebido em: 30/1/2011

Aprovado em: 27/4/2011

NOTAS

1 Nasceu em Caxias-Ma, em 1823, e morreu em Costas do Maranhão, no navio Ville de Boulogne em 1864. Filho de um comerciante português e de uma mestiça. Estudou Leis em Coimbra, conhecendo, por volta de 1840, a poesia romântico-nacionalista. Retornou ao Brasil e, em 1845, obteve a proteção imperial. Foi nomeado Professor de Latim e História do Brasil no colégio Pedro II e recebeu, mais tarde, várias comissões para viagens e estudos. Publicando os *Primeiros Cantos* (1846), firma renome de grande, logo ratificado pelos *Segundos Cantos e Sextilhas de Frei Antão* (1848) e pelos *Últimos Cantos*. É Patrono da ABL e da AML. É considerado um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos.

2 Nasceu em Pirapemas-Ma, em 22 de março de 1812, e morreu em 26 de abril de 1863, em Lisboa. Uma das mais importantes figuras da geração maranhense que pontificou, na cultura brasileira, entre

os anos 40 a 60 do século XIX, e que passou à história literária com o cognome de Grupo Maranhense. Crítico de costumes, jornalista e historiador, é considerado um dos fundadores da prosa brasileira. Sua obra foi editada em sucessivos fascículos do *Jornal de Timon*, e representa um dos testemunhos fundamentais sobre o Brasil colonial, com ênfase. Foi membro do IHGB. É Patrono da AML, Cadeira 11.

3 Fundado em 02 de dezembro de 1925, sob a denominação do Instituto de História e Geografia, que mudou pela atual, na reforma estatutária de 22 de abril de 1951. Chamado Casa de Antônio Lopes.

4 Mito do qual São Luís seria um celeiro de poetas, filólogos, romancistas, jornalistas, intelectuais de várias áreas que, entre 1846 a 1868, construíram, elaboraram e participaram dos elementos constituintes da identidade nacional via romantismo, embora a geração contivesse também árcades e pré-românticos, simbolizados pelas figuras centrais pertencentes ao cognominado Grupo Maranhense, tendo como expoentes: Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, João Lisboa, Odorico Mendes, Gomes de Sousa, dentre outros. Para maiores esclarecimentos, ver BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Literatura e a invenção de um Maranhão no império brasileiro*. São Luís, Editora da Func, 2010.

5 Sobre a noção de geração ver SIRINELLI, Jean-Francoise. A Geração, in: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994. pp.131-138.

6 Nasceu em São Luís, em 1870, e morreu nesta mesma cidade, em 1916. Polígrafo, tradutor, poeta e romancista. Foi Secretário de Governo, Inspetor Geral da Instrução Pública. Diretor da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense. “Considerado a principal figura da vida literária maranhense no início do século XX, devido à liderança do grupo dos ‘Novos Atenienses’, foi ao lado de Fran Paxeco, um dos principais fundadores da AML”. Em sua homenagem a AML se chama “Casa de Antonio Lobo”.

7 Coelho Neto veio ao Maranhão em missão oficial, em 1889. Nasceu em Caxias-Ma, em 21 de fevereiro de 1864, e morreu no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1934. Escritor, produziu mais de 100 livros que vão da crônica, ao discurso e à conferência; do romance, à novela e ao conto; do teatro, ao episódio lírico e aos perfis. Gozou, em seu tempo, de grande renome, e foi um dos autores mais lidos. Orador, foi Deputado Federal pelo Maranhão. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, presidiu-a. Eleito Príncipe dos Prosadores Brasileiros. É nome de município no Maranhão. Patrono, na Academia Maranhense de Letras, da cadeira 24.

8 O século data de 1889 até 1890; *Filomatia* tratava-se de uma revista artística, científica e filosófica (1895-1986), era dirigida por Manoel Bethencourt; *A Alvorada* era um órgão literário, crítico e noticioso (1895). *O Estudante sem data precisa e Frutos Selvagens*, era um livro de poema de Inácio Xavier de Carvalho, Cf.: MORAES, Jomar. *Perfis Acadêmicos*; pesq. e textos de Jomar Moraes. 4ª edição. São Luís: Edições AML, 1999. p. 166.

9 Editorial-Programa, ano I, nº I de 08 de Setembro de 1895, p. 1.

10 *Filomatia*: Editorial-programa, 02 de outubro de 1895. p. 1.

11 Nasceu em Setúbal, Portugal, em 9 de março de 1874, e faleceu em Lisboa, em 17 de setembro de 1952. Vinte anos de sua existência residiu no Maranhão, onde ocupou as funções de diretor da Secretaria da Associação Comercial e, posterior e simultaneamente, as de Cônsul de seu país. Figura entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras e da Faculdade de Direito de São Luís. Pertenceu a numerosas associações de cultura: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Piauiense de Letras de Portugal, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Publicou mais de 17 obras. Fundador da AML, Cadeira 5.

12 “A instituição, posta sob o patronato de Gonçalves Dias, surgiu pela iniciativa de Francisco Serra, João Quadros e Astolfo Marques. Aos 5 de agosto circulava a primeira edição de *Os novos*, “periódico evolucionista”; órgão da Oficina dos Novos. A primeira diretoria foi composta por: Nascimento Moraes, Otávio Galvão, Astolfo Marques, Leôncio Rodrigues e Georges Gromwell. No ano seguinte Nascimento Moraes, I. Xavier de Carvalho, Gromwell, Galvão, Rodrigues de Assunção, Leôncio Rodrigues, Leslie Tavares e Caetano Sousa deixaram a Oficina dos Novos e fundaram a sociedade A Renascença Literária, cuja circulação durou, como a sociedade dissidente, até o ano seguinte. Esta cisão provocou da Oficina dos Novos, que em 27 de outubro de 1901 votou o estatuto fundamental da entidade. cf: MORAES, Jomar. *Perfis Acadêmicos*; pesq. e textos de Jomar Moraes. 4ª edição. São Luís: Edições AML, 1999. p. 166.

13 Cursou a Escola Militar, reformando-se no posto de General. Prefeito de São Luís e Interventor Federal do Estado, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Foi membro da SCAM, Conselheiro - Técnico do Diretório Regional de Geografia. Sonetista e cronista, ficaram célebres suas crônicas estampadas no jornal *Pacotilha*, do qual foi redator. Nascido em São Bento (Ma), em 1879, morreu em São Luís, em 1960.

14 Nasceu na fazenda Nossa Senhora da Vitória, município de Guimarães, comarca de Alcântara, em 9 de julho de 1833, e morreu em São Luís, em 21 de abril de 1902. Aos 20 anos, viaja pelo mundo e acaba se formando em Letras na Sorbone, em Paris. Seu primeiro livro é publicado no Rio de Janeiro, em 1857, *Harpas Selvagens*. Durante dez anos escreve o seu poema mais ousado, O Guesa, publicado em parte no *Semanário Maranhense*, entre 1857 e 1868. Em 1890, leciona grego no Liceu Maranhense. Acalanta a ideia de fundar uma Universidade Popular, uma Atlântida ou uma Nova Atenas. Chega a elaborar os regimentos da entidade. Patrono da AML, Cadeira 18. Somente a partir do lançamento da *Poesia Concreta* (1956), o poeta passou a ser estudado e, posteriormente, indicado por Augusto e Haroldo de Campos como revolucionário vanguardista. Para os irmãos, a sua linguagem vanguardista passava por Mallarmé, Ezra, Pound, Apollinaire, Joyce (quebra do discurso da prosa). Sousândrade pertenceu à segunda geração romântica – seu primeiro livro, *Harpas Selvagens*, é anterior às *Primaveras*, de Casemiro de Abreu.

15 ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, art. 2º § 1º.

16 A AML foi fundada em 1908, sendo a quinta mais antiga do país, precedida pela Cearense (1894); a Brasileira (1897); a Paraense (1900); e a Pernambucana (1901). Cf; MORAES, Jomar. *Perfis Acadêmicos*, 1993. Teve como seus primeiros sócios: Antônio Lobo, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godois, Domingos Barbosa, Corrêa de Araújo, Armando Vieira da Silva, Astolfo Marques, Alfredo de Assis Castro, Inácio Xavier de Carvalho, Godofredo Viana, Fran Paxêco e Clodoaldo de Freitas. A AML a princípio tinha 20 membros, depois completaram os quadros: Antonio da Costa Gomes, Justo Jansen Ferreira, Luso Torres, Almeida Nunes, Barros e Vasconcelos, Clodomir Cardoso, José Augusto Corrêa, Raimundo Lopes e Maranhão Sobrinho.

17 Natural do Maranhão. Professor Catedrático de Literatura do Liceu Maranhense e de filosofia do Direito do Maranhão.

18 Poetas, romancistas, jornalistas, tendo como principais expoentes: Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Gomes de Sousa. Teriam atuado entre 1845-1868.

19 MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. São Luís: SIOGE. 1976. pp. 165-184.

20 Natural do Maranhão. Professor de Português do Liceu Maranhense e do Seminário Episcopal de Santo Antonio.

21 Natural do Maranhão. Ex-capitão de engenheiros. Professor de Matemática no Liceu Maranhense, Diretor do Observatório Orion, fundado em Canutama, Amazonas e transferido para o Maranhão.

22 Maranhense, membro do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras.

23 Maranhense, Ex-diretor da Biblioteca Publica, ex-comissário do Maranhão na Exposição Nacional de 1908.

24 Maranhense, engenheiro civil, diretor da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina. Publicou os trabalhos *Problemas Maranhenses*, 1923, Alto-Tury, 1926.

25 Padre da Congregação da Missão, Professor do Seminário Episcopal de Santo Antonio do Maranhão, Diretor da Escola de Radiotelegrafia do Maranhão.

26 Maranhense, vice-cônsul da Noruega e interino da Dinamarca, ex-comissário do Estado do Maranhão na Exposição da Borracha, em 1913.

27 Professor Catedrático aposentado do Brasil do Liceu Maranhense e de Física, Química e Mineralogia da Escola Normal do Maranhão. Sócio Efetivo da Academia Maranhense de Letras, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou vários trabalhos

28 Maranhense, Professor Catedrático de Geografia e História do Liceu Maranhense, sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras e correspondente do IHGB.

29 Maranhense, publicou vários trabalhos e estudos biográficos em revistas e jornais.

30 Maranhense, engenheiro químico e mineralogista, publicou, entre outras obras: *O sertão Maranhense, Esboço Geológico, Fisiográfico e Social*, em 1922.

31 Tem como principal trabalho, *O Sertão*. Até os dias atuais obra referencial sobre o sertão maranhense.

32 Maranhense, Professor Catedrático de Geografia e História do Brasil do Liceu Maranhense, sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

33 Publicou vários estudos de economia regional do Maranhão em jornais.

34 Desembargador, Membro do Superior Tribunal de Justiça do Território do Acre.

35 Sobre a independência no Maranhão, ver, entre outras: GALVES, Marcelo Cheche. Entre os lustros e a Lei: portugueses residentes na cidade de São Luís. Rio de Janeiro: *Anais do XII Encontro Nacional de História: Usos do passado*. 2006.

36 Um documento que revela a mudança de posição em relação ao passado lusitano é: “a fidelidade maranhense, demonstrada na sumptuosa festividade, que no dia 12 de outubro e seguintes, a

solicitação do Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente Pedro Jozé da Costa Barros, fez a câmara da cidade, solemnizando os augustos objectos, que nelles tiverão lugar no anniversário natalício de S. M. o Imperador sua glorioza e sempre memorável acclamação. O Reconhecimento da independência deste império pelos reionos de Portugal e Algarves. O nascimento do príncipe imperial. A inauguração do busto de S. M. o Imperador na sala das sessões da Câmara desta cidade”, publicada na Typografia Nacional, em 1826. O documento trata do reconhecimento pelo Maranhão da independência do Brasil, quando o tratado finalmente dava conta deste ato somente em outubro de 1825 quando este documento chegou ao Maranhão. Foi uma semana de Festa e pomposidade em que até os portugueses juraram fidelidade ao Imperador. Houve solenidades, missas, peças teatrais, execução de música, enfim, uma verdadeira festa cívica.

37 Sobre esse assunto ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: ACESS, 1999. 4ª edição; BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Literatura e a invenção de um Maranhão no Império Brasileiro*. São Luís: Editora da FUNC, 2010.

38 Nasceu em Itapecuru-Mirim (MA), em 15 de fevereiro de 1829, e morreu em Londres, em 01 de junho de 1863. Gomes de Sousa, o Souzinha, tornou-se, aos 17 anos de idade, bacharel em Ciências Matemáticas e Físicas e, quatro meses depois, mediante defesa de tese, doutor pela Academia Militar do Rio de Janeiro, da qual se tornou catedrático. Doutor em Medicina pela Universidade de Paris, foi distinguido por Universidades e Academias científicas de Viena, Londres e Paris. Capitão-engenheiro do Exército; deputado geral pelo Maranhão. Autor de diversos trabalhos de Matemática, de Astronomia e de memórias científicas, publicou a *Anthologie Universelle* (Leipzig, Brockhaus, 1859), na qual reúne cerca de uma centena e meia de poetas de 16 línguas. Patrono na Academia Maranhense de Letras, Cadeira 8.

39 Nasceu em São Luís, no dia 24 de janeiro de 1799. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Real das Ciências de Lisboa. Fundou o “Argos da Lei”, “Astréa”, “Pharol Paulistano”, “O Despertador Constitucional”, “Aurora Fluminense”. Foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, em 1840, com a comenda da Ordem de Cristo. Foi Cognominado “O Virgílio Brasileiro, traduziu Voltaire, Virgílio e Homero para o Português”.

40 Nasceu em Cantanhende (MA), em 24 de julho de 1828, e morreu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1885. Médico, jornalista, polígrafo e pesquisador de nomeada, exerceu esta última função também em Portugal, comissionado pelo Governo do Império. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dirigiu a Imprensa Nacional. Fundador, redator e/ou colaborador de jornais de São Luís, também colaborou na imprensa do Rio de Janeiro e de Portugal. Autor de diversos livros, entre eles o *Panteon Maranhense*, que lhe conferiu o cognome de Plutarco Maranhense. Patrono na Academia Maranhense de Letras, Cadeira 10.

41 Esta referência diz respeito a José Sarney, Governador do Estado (1966-1971) e, ao mesmo tempo, presidente da Academia Maranhense de Letras.

42 José da Silva Maia nasceu em Alcântara, Maranhão, em 26 de fevereiro de 1811. Em 1862 criou o Partido Conservador, tendo como principal aliado, Gomes de Castro, tendo os dois rompido e formando-se depois o grupo maista, também conhecido como estrela. Foi inspetor Geral da Instrução Pública, Presidente da Câmara Municipal, Deputado Provincial, Deputado Geral e Presidente da Província (1869-1870).

43 Nasceu em Alcântara, em 07 de novembro de 1836. Foi promotor público em Alcântara, deputado provincial em 1862, pelo partido conservador, foi deputado geral entre 1867 a 1889, presidente da província do Piauí, em 1868, inspetor geral da instrução pública no Maranhão, vice-presidente da província, 1872.

44 Primeiro Diretor do Liceu Maranhense, fundado em 1838, professor de várias gerações de maranhenses, incluindo figuras destacadas das gerações que com ele granjearam a posição do olimpo ateniense maranhense, como João Francisco Lisboa. Além de professor do Liceu, foi redator do jornal *Investigador* e depois da Revista (1840-1850), rival da Crônica Maranhense, principal instrumento com o qual apoiou a lei dos Prefeitos de 1839 e atacou seu ex-aluno, João Francisco Lisboa. Também lecionou no Instituto de Humanidades, fundado em 1862, por Pedro Nunes Leal; instituição em que sua obra considerada a mais importante foi o pilar do ensino da língua portuguesa em São Luís. A obra a que se faz referência se chama *Curso de Litteratura Portuguesa e Brasileira*, publicada em quatro tomos entre 1866 e 1867.

45 No livro *A Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no império brasileiro* (BORRALHO, 2010), são analisadas as praças dos integrantes do Grupo Maranhense: Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Gomes de Sousa, sob vários aspectos, do urbanístico ao da memória social.

46 Segundo Lucia Bastos Pereira das Neves, NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Lord Cochrane (verbete). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 488, 489. “nascido em 1755, Thomas Alexander Cochrane era descendente da família nobre escocesa e foi o décimo conde de Dundonald. Almirante britânico, notabilizou-se na Marinha inglesa no período das guerras napoleônicas, participando depois da independência do Brasil. Em 1814, perdeu o assento no Parlamento para o qual tinha sido eleito como candidato reformista e radical, foi expulso da Marinha Real e sentenciado a um ano de prisão, ao comprovar-se seu envolvimento numa fraude da Bolsa de Valores, decorrente da circulação em Londres de falsas notícias sobre a morte de Napoleão e a ocupação de Paris pelas tropas aliadas, que provocaram uma grande especulação com títulos do governo britânico. Quatro anos depois, aceitou o convite do Chile para assumir o comando da obsoleta armada do país na luta pela independência, conseguindo neutralizar a esquadra espanhola no sudeste do Pacífico e capturar a fortaleza de Valdivia. Em seguida, comboiou o exército de San Martín na invasão do Peru, mas opiniões diversas quanto à estratégia a adotar resultaram num rompimento entre os dois. Da mesma forma, desentendeu-se com o governo chileno por causa de seus salários e recompensas e, em 1823, decidiu rumar para o Rio de Janeiro, onde foi contratado pelo imperador Pedro I para comandar a esquadra brasileira. No Brasil, atuou decisivamente na imposição da Independência à Bahia e ao Maranhão, e, em Pernambuco, junto com Francisco de Lima e Silva, que comandava as tropas por terra, contribuiu para a repressão da Confederação do Equador. Embora agraciado com o título de marquês do Maranhão, Cochrane não deixou de atritar-se com o governo brasileiro a respeito de recompensas de guerra, retornando à Europa em 1825. Em 1831, voltou a oferecer, “sem qualquer recompensa”, seus serviços a Pedro I, já Pedro IV de Portugal, para conduzir o exército constitucionalista dos Açores ao continente, mas sua proposta foi recusada. Reintegrado à Marinha inglesa em 1832, ainda comandou uma base na América do Norte (1848-1851), falecendo em 1860, com a patente de Almirante.

REFERÊNCIAS

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Literatura e a invenção de um Maranhão no império brasileiro*. São Luís, Editora da Func, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

GALVES, Marcelo Cheche. *Entre os lustros e a Lei: portugueses residentes na cidade de São Luís*. Rio de Janeiro: Anais do XII Encontro Nacional de História: Usos do passado. 2006.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís, Lithograf. 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACESS, 1999. 4ª edição

MORAES, Jomar. *Perfis Acadêmicos*. Pesq. e textos de Jomar Moraes. 4ª edição. São Luís: Edições AML, 1999. p. 166.

_____. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. São Luís: SIOGE. 1976.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Lord Cochrane (verbete). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 488-489.

NOVINSKY, Anita Waingort. *O Santo Ofício da Inquisição*. A Inquirição de 1731. São Luís: Editora da UEMA, 2006.

SIRINELLI, Jean-Francoise. A Geração. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.